

departamentos, perfazendo um total de 28 departamentos, ministrando aulas para os cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado).

Extensão seria um serviço conectivo entre a Universidade e a população, principalmente a população rural e suas finalidades podem ser assim resumidas:

- “a) – aumentar o rendimento das fazendas, pela adoção de melhores condições de produção e de venda e o melhor uso do capital e do crédito;
 - b) – promover melhores residências e padrão de vida mais alto nas fazendas;
 - c) – desenvolver líderes rurais;
 - d) – melhorar a comunidade rural sobre o ponto de vista mental, social, cultural e recreativo;
 - e) – ensinar à juventude o amor pela vida rural;
 - f) familiarizar o povo sobre o significado da agricultura para a Nação;
 - g) ampliar a visão da população rural e do país para os assuntos rurais;
 - h) – melhorar a vida educacional e espiritual das populações rurais”
- (VIANNA, 1951, p. 19).

Em 15 de novembro de 1949, através de Decreto nº 3.211, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais foi oficialmente instalada em Viçosa, Minas Gerais. No ano seguinte, pelo Decreto nº 3.292, a UREMG tem seus Estatutos aprovados. Alguns anos depois, em fevereiro de 1965, a UREMG é concedida a sua autonomia administrativa, econômica, disciplinar e didática⁹⁴.

Entre os anos de 1948, 1957, 1963 e 1967 diversos convênios foram firmados entre a UREMG, o ETA (Escritório Técnico de Agricultura), a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) e a USAID (Agencia Internacional de Desenvolvimento do Governo Americano).

Segundo COELHO, E. (1996), o processo de transformação da ESAV em universidade rural teve início pouco antes de 1948, com as viagens de seus professores aos Estados Unidos, para estudos de pós-graduação⁹⁵.

⁹⁴ Sobre a UREMG ver BORGES (1968); BORGES et al (2000); CAPDEVILLE (1991); VIANNA (1951); entre outros, e, ainda documentos primários localizados no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV.

⁹⁵ Vale ressaltar que esta prática de se enviar professores ao estrangeiro, principalmente aos Estados Unidos, para estudos ou intercâmbios científicos, já estava presente desde o Regulamento de 1931, no capítulo XXI, das Disposições Gerais, nos artigos 183 e 184, “Art. 183: Poderá a Junta Administrativa autorizar a Directoria do estabelecimento mandar professores deste ao estrangeiro com o fim de aperfeiçoamento técnico e com direito a ajuda de ensino e diárias, além de seus vencimentos”; “Art. 184: Poderá a Junta Administrativa autorizar a permuta de professores, por tempo determinado, entre instituições nacionais ou estrangeiras, visando o intercâmbio científico” e acontecia com frequência, conforme as anotações encontradas nas Atas das Reuniões

“Em 1948, quando foi criada a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, esta Escola voltou a fazer parte da instituição e, finalmente, pela Lei nº 3.877, de 30 de janeiro de 1961, federalizou-se e tornou-se uma das unidades da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais” (p. 12).

Assim, se constituiu a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa tendo como lema durante todo o seu trajeto “Estudar, Saber, Agir e Vencer”, “Ciência e Prática” e “Aprender-fazendo”. Estes lemas passaram a ser “motos constantes da instituição que inaugurava nova fase na dinâmica educacional brasileira, até então livresca e acadêmica” (BORGES, 1968, p. 06). Segundo BORGES (1968), “impunha-se dignificar o trabalho em todas as suas formas e modalidades, sem entretanto descuidar do livro, razão porque, ainda nos primórdios da Instituição, foi organizada a Biblioteca” (p. 06)⁹⁰.

Em 13 de novembro de 1948, pela Lei nº 272, assinada pelo Governador de Estado de Minas Gerais, Dr. Milton Soares Campo, e pelos seus Secretários de Agricultura e de Finanças, os Senhores Doutores Américo René Giannetti e José de Magalhães Pinto, respectivamente, foi criada a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG)⁹¹, visando, segundo VIANNA (1951),

“(a) associar diretamente o ensino à pesquisa, à experimentação e à extensão, colocados, na mesma sede, num só conjunto, com ‘campus’ comum; (b) permitir-lhe amplo desenvolvimento por intermédio de liberdade administrativa e garantia econômica (patrimônio próprio); (c) conseguir-lhe a autonomia didática para melhor evolução do ensino” (p. 17).

⁹⁰ É possível pensar que a ESAV foi criada como uma escola superior moderna, nos moldes da universidade moderna, somente instituída no país com a Reforma Universitária de 1968, uma vez que, desde a sua criação, por ser pautada em um modelo norte-americano de educação superior já apresentava algumas generalizações deste modelo de universidade, como o sistema de créditos, o regime departamental, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, entre outros; generalizações estas somente adotados no país a partir de 1968, configurando a universidade moderna. Sobre universidade moderna ver YAZBECK (1999).

⁹¹ Seu primeiro Reitor foi Prof. Joaquim Fernandes Braga.

atividade, outras ainda, como é o caso da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, devido à distância que se encontrava a Fazenda de Experimentação da Escola. Analisando essas dificuldades vemos que problemas como esses não foram observados ou deixados transparecer na ESAV, fato este que facilitou a implantação da teoria do aprender-fazendo, trazida por Rolfs, do Iowa State College.

De todo modo estas características da associação ensino/pesquisa/extensão na ESAV acabou por constituir um forte componente na sua identidade, sendo a extensão fundamental para garantir a indissociabilidade dessas três atividades.

Desse modo, vale ainda ressaltar o estudo de CHILDS (1956), sobre a ciência utilitária e a educação americana, uma vez que seu estudo remete-se a prática da pesquisa utilitária, que na Escola de Viçosa apresentou um papel relevante dentro das práticas por ela desenvolvidas, sendo a extensão fundamental para divulgá-las.

O movimento filosófico conhecido por pragmatismo (ou instrumentalismo, ou experimentalismo ou utilitarismo)⁸⁸ tem, em um sentido real, uma expressão da cultura americana. Teve sua origem por volta do século XIX com Charles S. Peirce, William James, John Dewey e George H. Mead. Segundo PEIRCE (apud Childs, 1956), as idéias iniciais do pragmatismo se amadureceram através de uma discussão de um grupo que se reunia em Cambridge, "allá por el mil ochociente setenta y tantos"⁸⁹ (Childs, 1956, p. 33). Vários dos membros desse grupo pertenciam a Harvard University. Além deles, integravam o grupo Francis E. Adams, John Fiske, Nicholas St. John Green, Oliver Wendell Holmes, Joseph Warner e Chauncey Wright. PEIRCE menciona ainda que poderia chamar esse grupo de 'The

⁸⁸ O utilitarismo ocorreu nos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra, com os Mill (guia para a atividade econômica e social). O pragmatismo ocorreu na virada para o século XX, nos EUA, com Peirce e Dewey (conhecimento a serviço da utilidade).

⁸⁹ Por volta de 1870 e alguns anos.

poderíamos atacar em conjunto todos os setores, de acordo com os três grupos sociais” (PAVAGLAU, 1940, p. 122).

Os indivíduos que se encontram no primeiro grupo vivem no meio rural, na sua maioria, aprenderiam o ofício com o técnico (agrônomo, técnico agrícola ou administrador rural); sendo que para tanto não é necessário saber ler ou escrever. Para eles o ensino era ministrado indiretamente, não sendo necessária a criação de escolas.

O segundo grupo pode ser dividido em dois subgrupos menores que são subdivididos de acordo com a idade de seus integrantes. Os primeiros correspondem aos indivíduos maiores de dezoito anos e os segundos correspondem àqueles que terminaram o curso primário e desejam fazer um curso profissional. Para o primeiro subgrupo é sugerida a criação de cursos médios, em escolas bem instaladas e que sejam verdadeiras estações experimentais. Estas escolas poderão conferir dois títulos: os de Administrador Rural e o Técnico Agrícola. Para o segundo subgrupo a solução torna-se difícil e inconveniente, pois os custos são elevados e ainda muitos não seguem a profissão que adquiririam.

O terceiro grupo é destinado ao ensino da Agronomia, ficando este encaminhado às escolas superiores nas diversas regiões do país.

PAVAGLAU defende ainda que nosso ensino agrícola deverá ser do tipo americano, ‘extra muros’, de ensino extensivo e europeia, ‘intra muros’, de ensino intensivo. Para ele o ensino agrícola do nosso país tem que ser uma junção dos modelos de universidades americana e europeia.

Ainda segundo PAVAGLAU “Quando o eminente Dr. P. H. Rolfs organizou a E.S.A.V. de Viçosa, por que não transplantou para cá a orientação seguida no seu país natal? Foi porque o conspícuo agrônomo e educador, em rápida visão, verificou que não seria vantajosa tal realização” (PAVAGLAU, 1940, p. 127).

Para ROLFS (ROLFS apud PAVAGLAU, 1940 p.127)

Segundo consta no capítulo XVIII, do Decreto nº 7.323, de 25 de agosto de 1926, artigo 143,

“Nos departamentos adequados da Escola se realizarão experiências sobre plantas e animais, estudos e pesquisas originais com o fim de se descobrirem verdades básicas úteis a agricultura e a pecuária do Estado e se produzirem novas espécies e variedades, com valor econômico”.

Nestes departamentos eram realizadas pesquisas e observações, visando à propagação de novas culturas, de novos métodos, de soluções dos diversos problemas agropecuários encontrados em Viçosa e região.

Foram realizadas pesquisas sobre a saúva, as plantas antileprosas, o feijão, o algodão, o álcool motor, o milho⁸⁷.

É interessante observar que o capítulo XVIII, do Regulamento de 1926, previa, no art. 145, que:

“Na fazenda da Escola serão feitas culturas em grande escala, sendo cuidadosamente observada a parte econômica, com o fim de serem induzidos os lavradores do Estado a aplicar os métodos ensinados pela Escola”.

Assim, como a pesquisa apresentou um papel relevante nas práticas desta instituição, a extensão, objeto do presente trabalho, mostrou-se fundamental para levá-la a outras regiões, divulgando as informações dos trabalhos realizados, demonstrando assim a praticidade do ensino ministrado. Desse modo, temos a Semana do Fazendeiro e o Mês Feminino como seus principais representantes.

Segundo PAVAGLAU (1940, p. 120) “a ESAV de Viçosa”, foi “a primeira a trabalhar junto aos lavradores, fazendo a agricultura para a Agricultura”. Ainda segundo o autor “a ESAV, fundada para servir a lavoura mineira, tratou de subdividir-se instituindo os cursos:

⁸⁷ Os resultados destas pesquisas podem ser encontrados publicados, sob a forma de artigos, nas revistas CERES. Sobre as Revistas CERES ver capítulo V.

Em cada departamento de ensino da escola eram realizadas experiências sobre plantas e animais, estudos e pesquisas com a finalidade de descobrir verdades básicas úteis à agricultura e à pecuária do Estado e de produzirem novas espécies e variedades com valor econômico.

Essas pesquisas para serem realizadas dependiam da formação dos pesquisadores e dos seus interesses. As pesquisas eram dirigidas e executadas pelos professores catedráticos da Escola. Além disso, cabia aos professores catedráticos responder pelo ensino teórico e prático do seu departamento. Além desse cargo, existiam ainda os cargos de professor auxiliar e mestre de oficina. Eram no total 27 professores e dois mestres de oficina, sendo quinze catedráticos e doze auxiliares (de acordo com o Regulamento de 1927). Os mestres de oficina desempenhavam papéis importantes nas atividades de ensino, um na oficina de madeira e outro na oficina de metais. No quadro abaixo, pode-se observar como era constituído o corpo docente da ESAV e suas respectivas funções.

Além desses cursos o ensino ainda era oferecido por correspondência, por informações pessoais a fazendeiros que se dirigiam a Escola em busca de informações e esclarecimentos sobre questões à cerca da agricultura, por publicações feitas pelo estabelecimento, por qualquer outro gênero de divulgação oral e escrita e, ainda, pelos Cursos Breves, que seriam de no máximo oito semanas, sendo um de agricultura e outro sobre animais domésticos⁸², “tendo por fim dar instruções praticas e imediatas sobre agricultura e veterinária aos interessados que não puderem freqüentar os cursos de maior duração” (Decreto nº 7.323, Capítulo III, Art. 5º)⁸³.

Em 1930, a ESAV deu início aos Cursos Avulsos, sendo o primeiro o Curso de Mecânica, que funcionou no período de 1930 a 1938. “Depois foram os cursos de Laticínios, de 1931 a 1942; Apicultura, de 1932 a 1942; Silvicultura, em 1935 e 1936; e Algodão, em 1937” (COELHO, E. 1996, p. 62).

Vale ainda ressaltar que em 1937, foi criado na ESAV o Curso Complementar⁸⁴, tendo início suas atividades em 01 de março deste mesmo ano, a fim de formar “rapazes melhor preparados, tornando assim, possível o aumento em número de melhores profissionais [...]” (BORGES, 1968, p. 11). Este curso foi extinto em 1943.

Já naquela época eram oferecidas disciplinas obrigatórias e facultativas, sendo que eram necessários alguns requisitos como: solicitação de pelo menos cinco alunos com interesse por disciplina; no máximo quatro aulas facultativas por semana; e as aulas facultativas não poderiam prejudicar o curso obrigatório.

⁸² Sobre os Cursos Breves ver MOURÃO (1962). *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República*; e o primeiro regulamento da ESAV, aprovado pelo Decreto nº 7.323, divulgado no *Minas Gerais*, de 26 de agosto de 1926, em seu capítulo III, artigos 4º e 5º, “Dos Cursos”.

⁸³ Segundo este Decreto, a instrução ministrada por este Curso “deverá ser de tal cunho prático e intuitivo que assegurem prompto benefício à lavoura do Estado”; sua duração será “de oito semanas, no máximo”; “será obrigatório o funcionamento desses cursos pelo menos duas vezes ao ano: versando um sobre agricultura e outro sobre animais domésticos”; “a época e o local da realização dos cursos serão anunciados com antecedência”; “esses cursos poderão ser assistidos por pessoas interessadas, com qualquer idade e instrução” e, “um grupo de dez pessoas interessadas no esclarecimento de qualquer assumpto agrícola poderá pedir à Escola a realização de um curso dessa natureza” (Capítulo III, Artigo 5º, Incisos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º).

⁸⁴ Segundo BORGES (1968) os Cursos Complementares foram os precursores do Colégio Universitário de nossos dias.

candidato deveria passar por exames em escolas públicas do Estado e submeter-se, na Escola, a um exame de admissão constante de Prova de Caligrafia; Prova de Leitura; Prova de Escrita e de Aritmética, sobre as quatro operações. Aos concluintes era concedido o certificado de “Capatazes Rurais”, assinados pelo Diretor e Secretário da Escola⁷⁸.

- b) Cursos Médios, com duração de dois anos, destinados a formar bons técnicos agrícolas e administradores rurais. No último ano de curso, o aluno era orientado a aperfeiçoar matérias referentes ao curso que para ele apresentasse maior utilidade. Este curso atendia especialmente aos filhos de fazendeiros ou agricultores que não tinham oportunidade de frequentar o curso ginásial. Para admissão neste curso, o candidato deveria apresentar atestado de aprovação final em grupo escolar do Estado ou curso equivalente, reconhecido oficialmente, ou exame de admissão oferecido pela própria ESAV. Este exame constava de: Prova escrita de Português; Prova escrita de Aritmética e noções de Geometria e Desenho; Provas orais de noções de Geografia, História do Brasil e Educação Moral e Cívica. Aos que terminavam os cursos médios, eram conferidos certificados de “Técnicos Agrícolas”, também assinados pelo Diretor e Secretário da Escola⁷⁹.
- c) Cursos Superiores, tinham duração de quatro anos, subdivididos em oito semestres e destinavam-se à formação de profissionais de agronomia e veterinária. Atendiam aos candidatos que tinham o curso ginásial completo. Para admissão, os alunos deveriam apresentar certificados de aprovação, em Ginásio equiparado ao Colégio Pedro II, dos seguintes preparatórios: Português; Uma Língua Estrangeira Moderna; Aritmética; Álgebra; Geometria e Trigonometria, Geografia, Corografia e Cosmografia; Física e

⁷⁸ Nesta modalidade de ensino, eram estudados as seguintes matérias: Agricultura; Criação de Animais Domésticos; Veterinária; Horticultura: Pomicultura, Jardinocultura; Português; Aritmética História do Brasil; Geografia, especialmente do Brasil; noções de Desenho e de Contabilidade Agrícola. (Regulamento de 1927)

⁷⁹ Nesta modalidade de ensino, eram estudados as seguintes matérias: Botânica; Zoologia; Física; Moléstia das Plantas; Agricultura; Zootecnia; Silvicultura; Horticultura; Pomicultura; Indústrias Rurais; Máquinas Agrícolas; Trabalhos de Engenharia Rural; Higiene Veterinária; Aritmética; Contabilidade Agrícola; Álgebra; Geometria; Português e História do Brasil (Regulamento de 1927).

de Viçosa (ESAV), em 28 de agosto de 1926⁷⁵. Em 21 de janeiro de 1927 foi assinado o Decreto nº 7.461, modificando o regulamento anterior e estabelecendo assim o novo regulamento da ESAV. Somente em 04 de abril de 1935, pelo Decreto Federal nº 112, assinado pelo então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas e pelo Ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga que a escola foi reconhecida oficialmente⁷⁶.



Construção da ESAV⁷⁷.

As aulas foram iniciadas na ESAV em 1927, sendo que o Curso Superior de Agronomia somente entraria em funcionamento no ano seguinte.

A primeira turma de engenheiros agrônomos, na ESAV, formou-se em 1931, quando era editado o Decreto nº 10.154 que estabelecia um novo regulamento para a instituição. Face tal medida, a ESAV passou a constituir-se por quinze departamentos através dos quais seriam

⁷⁵ A ESAV, assim como as demais Escolas Agrícolas criadas no Brasil antes de 1967, ficou subordinada ao Ministério da Agricultura, atendendo as exigências por ele impostas. No caso da ESAV, esta atendeu principalmente a Lei do Ensino Agrícola, de 1910.

⁷⁶ Pode-se ter acesso a cópia deste Decreto no Arquivo Central e Histórico da UFV.

⁷⁷ Foto do acervo do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais.

Foi através da Lei n.º 761, de 6 de setembro de 1920, assinada pelo Secretário de Agricultura, Sr. Clodomiro Augusto de Oliveira, que o governo do Estado de Minas Gerais autorizou a criação da ESAV, cujo objetivos seriam: “ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária” e “realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas⁷⁰” (COELHO, 1992, 2)⁷¹.

Nessa época, a situação sócio-econômica de Minas Gerais apresentava dificuldades que entravavam o crescimento da principal atividade econômica, a agricultura. A esta situação regional somava-se o contexto geral de uma economia agroexportadora, em que o único produto – o café – adquiria “status” de determinação primeira da dinâmica político-econômica nacional.

Foi nesse contexto que as autoridades entenderam que a criação de uma Escola Agrícola seria uma estratégia política para tentar reverter a crise com a formação de técnicos para atuarem juntamente com os agricultores. Diante disso, o Governo Mineiro pediu, por vias diplomáticas, ao Governo Americano, através do então Embaixador do Brasil em Washington, Sr. José Cochrane de Alencar, a indicação de um especialista para vir superintender a fundação. Esse especialista deveria cumprir um contrato que consistia na direção do estabelecimento, na colaboração da escolha do local para a instalação da Escola e na tarefa de apresentar ao Governo os planos da construção e os programas gerais de ensino. O Governo Americano indicou o Dr. Peter Henry Rolfs⁷², da Escola de Agricultura da

⁷⁰ Segundo BORGES (1968), esta Lei “deixou bem claro o espírito que deveria dominar na instituição, conforme pode verificar-se pelo artigo 4º: ‘Esta Escola terá por objectivo ministrar o ensino prático e teórico da Agricultura e Veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais sciencias no Estado de Minas Gerais’” (p. 03).

⁷¹ Segundo MOURÃO (1962), “em 06 de setembro de 1920, a Lei nº 761 autorizou o governo a criar, no Estado de Minas Gerais, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Entretanto, decorreram vários meses sem outra providência governamental. Afinal foi baixado o Decreto nº 5.623, de 31 de março de 1921, abrindo um crédito de 1.000.000\$000 para a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. O Decreto que criou oficialmente a Escola foi o de nº 6.053, de 30 de março de 1922” (p. 557).

⁷² Peter Henry Rolfs nasceu em 17 de abril de 1865, no Estado de Iowa, e foi “Bachelor of Science” em Agricultura, em 1889, e “Master of Science” em 1891, pelo “Iowa State College”; e “Doctor of Science” em 1920, pela “University of Florida”. Sobre isso ver BORGES (1968); BORGES et al (2000); COELHO, E. (1996) e, ainda, documentos primários no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV.

**A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA
DE VIÇOSA (ESAV): 1926 - 1948.**

É importante apontar a questão do curso de agronomia no que tange à qualificação profissional. Logo nos primeiros anos de sua implementação, no Brasil, sua duração era de três anos com a qualificação para “agrônomo”, sendo sua regulamentação oficial datada de outubro de 1933. Em 1934, foi baixado um decreto oficializando os Títulos de “Engenheiros Agrônomos” para os alunos que concluíssem os cursos superiores em escolas de agronomia reconhecidas pelo Governo Federal. Com este decreto os cursos de agronomia passaram de três para quatro anos e os concludentes passaram então a receber seus diplomas em “engenheiros agrônomos”⁶⁸.

Em 1938, outro passo foi dado em função de uma melhor organização e planejamento do ensino agrícola no país, pelo Decreto-Lei nº 982, de 23 de novembro, que instituiu o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C.N.E.P.A.). O C.N.E.P.A. tinha por finalidade “ministrar o ensino agrícola e veterinário e planejar, executar, coordenar e dirigir as pesquisas agronômicas no país. [...]”, constituindo-se numa tentativa de associar o ensino e a pesquisa no Brasil (VIANNA, 1951, p. 16).

Em relação ao ensino superior agrícola no país, na Primeira República, o Brasil contou com a criação de 22 escolas de agronomia e veterinária, o correspondente a 7,91% do total de estabelecimentos especializados de educação superior criados, que foram de 278 estabelecimentos. O número de alunos matriculados nesses estabelecimentos agrícolas foi de 980 estudantes (2,95% do total de alunos dos demais estabelecimentos, que era de 33192 alunos), sendo 970 do sexo masculino (tipo de educação predominantemente masculina) e 10 de sexo feminino. Outro dado que chamou a atenção foi a porcentagem de escolas de agronomia e veterinária em relação ao total de estabelecimentos de ensino (de todos os graus)

⁶⁸ Em 09 de setembro de 1933 foi regulamentada a profissão de médico veterinário e em 1934, pelo mesmo decreto que oficializou os títulos de engenheiro agrônomo, foi oficializado os títulos de médicos veterinários. Neste mesmo ano foi instituída a idéia de escola-padrão e de um programa-padrão para todas as escolas agrícolas do país, ficando sua fiscalização a cargo da DEA. Segundo MENDONÇA (1990), Fidélis Reis foi o “autor do projeto de Regulamentação da profissão de agrônomo, apresentado na Câmara dos Deputados em 1924”, sendo aprovado apenas em 1933 (p. 275/276). Sobre isso ver COELHO (1999), MENDONÇA (1990), entre outros.

essas crianças (de 10 a 16 anos) não fossem delinqüentes, portadoras de doenças contagiosas ou deficiente orgânica que “inabilitem para os serviços agrícolas ou da indústria rural” (NAGLE, 1974, p. 184). A segunda, voltada para alunos que provinham do Colégio Pedro II ou de ginásios fiscalizados que deviam ser aprovados em exames de seleção; nesta instituição a idade mínima para o ingresso era de 16 anos.

Segundo o Ministro Pedro Toledo⁶⁵, ministro da agricultura, proferindo discurso em relação ao ensino agrícola em sua gestão, diz:

“o ensino agrônômico em nosso país, em seus diversos estágios, teórico e prático, criado em 1910, nos moldes que, sem fugir aos programas das nações mais adiantadas que o praticam, melhor se adaptam às nossas necessidades com as pequenas alterações nele introduzidas em 1911, é ministrado por uma escola superior, escolas médias, aprendizados agrícolas e cursos ambulantes, servidos aqueles estabelecimentos dos anexos que lhes são indispensáveis, como estações experimentais, campos de demonstração, fazendas-modelo e postos zootécnicos e meteorológicos” (Toledo apud ROSA, 1980, p. 73).

Assim, entre 1910 e 1929 diversas escolas de agronomia e veterinária foram criadas. Chegaram a atingir o número de 20 pelo país⁶⁶. Mais tarde muitas foram extintas. Segundo VIANNA (1951), “é interessante considerarmos que, em 1933, dos Estados que já possuíam Escolas de Agronomia ou de Veterinária, hoje, algumas não mais a possuem. Dentre outras, desapareceram as Escolas de Agronomia e de Veterinária do Pará e as de Agronomia do Maranhão e do Amazonas” (p. 23). Elas funcionavam com cursos ora de agronomia, ora de medicina veterinária, ora com ambos.

Somente no estado de Minas Gerais, cuja economia era de base predominantemente agrária, foram criadas, no período compreendido entre 1914 e 1926, novas escolas nessa área:

⁶⁵ Pedro Toledo, paulista, foi Ministro da Agricultura do MAIC no período de 1910 a 1913.

⁶⁶ Como exemplo pode-se citar a Escola Agrônômica de Manaus, fundada em 1912; a Escola Agrônômica e Veterinária do Pará, fundada em 1918; a Escola Agrônômica do Ceará, em 1918; a Escola Agrícola Prática de Quixadá, no Ceará, em 1912; o Curso de Engenharia Agrônômica, anexo a Escola de Engenharia de Pernambuco, em 1911; a Escola Agrícola da Ordem Beneditina de Tapera, em Pernambuco, em 1913; a Escola Agrícola de Goiânia, em Pernambuco, em 1907, entre várias outras.

espalhados pelo país e, na falta de professores nacionais, seriam contratados técnicos estrangeiros. Segundo COELHO (1999), os cursos ambulantes “permitiram acentuar as demandas do ensino agrícola, acelerando, talvez, o processo de criação da primeira escola superior de agricultura financiada pelo poder público no Estado de Minas Gerais, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa [...]” (p. 82).

Além disso, vale ressaltar a preocupação em relação à especialização para aqueles que concluíssem os curso de agronomia, sendo esta especialização de um ano, podendo ser feita na própria escola ou em qualquer outro estabelecimento de ensino agrícola nacional ou estrangeiro; e, ao ensino de caráter teórico-prático, que deveria ser “intuitivo” e “completado com excursões e trabalhos práticos nos laboratórios e em outras instalações anexas às escolas” (COELHO, 1999, p. 84)⁵⁶. Este decreto criou ainda a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), no Rio de Janeiro, tornando-a a escola-modelo⁵⁷.

De todo modo, até 1910 ainda não havia sido feita, no Brasil, a regulamentação do ensino superior agrícola. Uma das primeiras universidades criadas na área de ciências agrárias, no país, foi a Escola Superior de Agricultura de São Bento das Lages, Bahia, em 1877⁵⁸, “a única do país até a década de 1890” (MENDONÇA, 1990, p. 217)⁵⁹. Posteriormente foram criadas a Escola Superior de Agricultura Eliseu Maciel, em Pelotas, no

⁵⁶ Segundo estudos de vários autores, entre eles OTRANTO (2000), esta exigência imposta pelo Decreto de 1910, tornou-se difícil de ser executada devido à falta de espaço físico e as distâncias das Escolas Agrícolas dos seus campos de demonstração e Fazendas de Experimentação.

⁵⁷ A ESAMV, “criada em 1910, só foi inaugurada, oficialmente, em 04 de julho de 1913, na então capital da República, tendo a sua sede fixada no Palácio Duque de Saxe, atual bairro do Maracanã, onde hoje encontra-se instalada a Escola Técnica Industrial [...]”. A ESAMV foi responsável por 12,1% do total de formandos no país até 1938. Sobre a ESAMV ver OTRANTO (2000), COELHO (1999), MENDONÇA (1990), entre outros.

⁵⁸ A Escola Superior de Agricultura de São Bento das Lages foi fundada pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, na Fazenda São Bento das Lages, no município de São Francisco da Barra do Sergi do Conde. A primeira turma de engenheiros agrônomos diplomada pela escola foi em 1880. Em 1901 foi fechada por falta de recursos. Anos mais tarde foi reaberta por iniciativa do Governo Federal (ROSA, 1980). Sobre isso ver ROSA (1980), TOURINHO (2000), MENDONÇA (1990), entre outros.

⁵⁹ Segundo MENDONÇA (1990), “excetuando-se a instituição bahiana, os candidatos à carreira somente tinham por opção as escolas estrangeiras, predominando, à época, uma orientação europeizante em matéria de estudos agrômicos” (p. 217).

a formação de técnicos agrícolas em todos os graus, todavia, na prática, continuavam expandido-se apenas as escolas agrícolas de nível superior.

Vale ressaltar que após a criação deste Ministério o ensino agrícola e veterinário ministrado no país passou a vincular-se a ele⁴⁹. Somente em 1967, que o ensino agrícola e veterinário foi desvinculado do Ministério da Agricultura e passou para a órbita do Ministério da Educação e Cultura (CAPDEVILLE, 1991)⁵⁰.

Em 1911⁵¹ foi promulgado um novo regulamento para o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo-lhe dada a seguinte organização definitiva:

“Gabinete do Ministro, Diretoria Geral da Agricultura; Diretoria Geral de Indústria e Comércio; Diretoria Geral de Contabilidade; por uma das seções componentes da Diretoria Geral da Agricultura (DEA)⁵² corriam todos os trabalhos referentes à agricultura propriamente dita, ao ensino e às ciências agrícolas, e pela outra seção de trabalhos relativos à indústria animal e veterinária. Depois da Seção de Medicina e Inspeção Sanitária do Gado – regulamentada pelo Decreto nº 7622, de 21 de outubro de 1909 – foi criado, através do Decreto nº 8974, de 14 de setembro, o Serviço de Veterinária com Inspetorias Veterinárias nos Estados” (ROSA, 1980, p. 75).

Não obstante a existência de algumas escolas agrícolas de nível superior, desde o período do Império, as carreiras de agrônomo e veterinário desfrutaram de pouco prestígio até 1910, quando a primeira regulamentação oficial para o ensino superior agrícola foi editada pelo decreto n.º 8.319⁵³. Segundo VIANNA (1951), o pouco prestígio desfrutado por estas carreiras, era devido à falta de instituições especializadas nesses ramos de ensino.

“E importante ver no ‘status quo’ existente, a razão da sub-importância atribuída, mesmo pelas camadas acima da média do país, principalmente à

⁴⁹ Segundo este Decreto, “O ensino agrônômico, com os estabelecimentos e serviços que o constituem, ficará dependente da Diretoria Geral de Agricultura e Indústria Animal, [...]” (Decreto nº 8.319, Disposições Gerais, artigo 520).

⁵⁰ Fato ocorrido pelo Decreto nº 60731, de 19 de maio de 1967.

⁵¹ Em 11 de agosto de 1911 pelo Decreto nº 8199 foi dada uma organização definitiva a esse Ministério.

⁵² Em 1940 o DEA transforma-se na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), ficando responsável por todas as atribuições do extinto Departamento. Sobre isso ver COELHO (1999).

⁵³ Vale ressaltar que este Decreto não só regulamentava o ensino superior agrícola, mas também todos os ramos do ensino agrícola no país.

agosto de 1909, baixado pelo Governo Nilo Peçanha” (Rosa, 1980, p. 67)⁴⁵. Quanto aos objetivos do nascente Ministério ROSA (1980), aponta exatamente aqueles que incidem sobre a agricultura no país (artigo 2º da lei de criação deste Ministério),

“Este Ministério terá a seu cargo o estudo de todos os assuntos relativos:

1. À agricultura e indústria animal:
 - a) ensino agrícola, estações agrônômicas, mecânica agrícola, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola;
 - b) imigração e colonização, catequese e civilização dos índios;
 - c) indústria animal, escolas veterinárias, postos zootécnicos, proteção contra as epizootias, importação e seleção das raças aperfeiçoadas e mais adequadas ao país, estudos de pastos, agrostologia ou classificação de análises gramíneas;
 - d) registro dos animais importados ou nascidos no país, de conformidade com o Decreto nº 1414, de 21 de fevereiro de 1891, com as alterações que forem convenientes, regulamentos sanitários para importação, exportação de animais, sementes e plantas;
 - e) estatística e informações sobre produção, consumo, mercados internos e externos, exportação e importação, previsões de colheitas, movimento das safras, saldos e estoques, zonas e áreas de produção, coeficientes para hectares de terreno ou processo de cultura e indústria mineral;
 - f) jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisição e distribuição de plantas e sementes;
 - g) legislação rural e agrícola, estudos científicos com o intuito de promover o progresso da agricultura e da indústria animal, congressos, conferências, sociedade de agricultura, sindicatos, cooperativas, bancos, caixas de crédito agrícola e companhias para exploração agrícola no país;
 - h) observatórios astronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica (organização e publicação);
 - i) hidráulica agrícola, irrigação e drenagem;
 - j) terras públicas, registro de terras possuídas e legitimação ou revalidação das posses e concessões feitas, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda das terras pertencentes à União e sua separação das que pertencem ao domínio particular;
 - k) informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior” (ROSA, 1980, p. 67/68) (grifo nosso).

Dentre as atribuições do MAIC encontravam-se a publicação de ensaios experimentais⁴⁶, de boletins mensais do Ministério, dos Anuários de agricultura⁴⁷ e de uma

⁴⁵ Somente em 1930, pelo Decreto nº 19448, de 03 de dezembro, é que este Ministério passa a ser denominado Ministério da Agricultura (CAPDEVILLE, 1991). Em 1933, outro Decreto é baixado, agora sob o número 22380, de 20 de janeiro, dando uma nova organização as Diretorias-Gerais do Ministério da Agricultura. Em 1934, outro decreto novamente é baixado dando uma nova reforma administrativa ao Ministério e colocando, em seu artigo 6º, “a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) como parte do Departamento Nacional da Produção Vegetal (DNPV)” – esse foi o Decreto nº 23979, de 08 de março. (CAPDEVILLE, 1991, p. 47). Além destes, outros Decretos e Decretos-Leis foram surgindo a fim de adequar as funções e as Diretorias-Gerais desse novo Ministério. Sobre isso ver CAPDEVILLE (1991).

industriais de indústrias extrativas e correlatas [...]” (MENDONÇA, 1997, p.42). Dentre seus fins específicos, segundo seu estatuto,

“[...], discriminavam-se o fomento à criação de novas associações rurais, cooperativas e caixas de crédito; a fundação de campos de demonstração e escolas práticas de agricultura, bem como o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas mediante a aplicação da ciência aos campos, bem ao sabor do espírito ilustrado dominantes entre os membros da primeira geração republicana” (MENDONÇA, 1997, p. 42).

A SNA promovia a organização de congressos e exposições nacionais³⁹ e internacionais, sendo ela a organizadora do Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, realizado no Rio de Janeiro, em 1901, reunindo cerca de 100 participantes de quase todos os estados da federação. Este Congresso foi considerado o primeiro fórum nacional de discussão do problema agrícola⁴⁰.

Além dos eventos, a SNA foi responsável por um grande avanço na organização em defesa da agricultura no Brasil⁴¹, prestando vários serviços a seus associados, dentre os quais destacam-se:

“desde a distribuição, gratuita ou a preço de custo, de sementes e mudas das espécies que se julgava necessário divulgar, [...], passando pelo fornecimento de publicações técnicas, estrangeiras sobretudo, acerca dos mais variados temas ligados à chamada *agricultura científica*, até a realização de conferências semanais na capital da República, sem falar na organização de comissões volante, destinadas a percorrer municípios em todo o país, de modo a orientar e esclarecer acerca dos procedimentos

³⁹ Durante o período de 1897 a 1930, a SNA promoveu 31 eventos nacionais (MENDONÇA, 1997).

⁴⁰ Além deste cabe mencionar a Exposição de Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais (1897); a Conferência Açucareira na Bahia (1902); a Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool (1902); a Primeira Exposição Nacional de Aparelhos a Álcool (1903); a Primeira Reunião Nacional de Agricultores de Cacau (1905); Segundo Congresso Nacional de Agricultura (1908); o Convênio Açucareiro do Brasil (1911); a Primeira Exposição Nacional do Milho (1914); a Segundo Exposição Nacional do Milho (1916); a Primeira Conferência Nacional Algodoeira (1916); a Primeira Conferência Nacional da Pecuária (1917), entre muitas outras. Algumas dessas exposições tiveram o patrocínio conjunto do MAIC. Fonte: A Lavoura (1897 – 1930) apud MENDONÇA, 1997.

⁴¹ Com a criação da SNA e sua divulgação e incentivo agrícolas, o número de sociedades e instituições agrícolas existentes no Brasil passou de 81 em 1899 para 188 em 1908, distribuídos nos mais diversos estados do país. Fonte: SNA. Histórico dos Trabalhos da Sociedade durante 1899. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional (1900) apud MENDONÇA, 1997.

Nesse período, tem-se notícia dos Clubes de Lavoura na região do centro-sul do país e na região paulista, sendo um ligado ao centro-oeste paulista e outro ligado aos fazendeiros menos influentes das antigas zonas agro-exportadoras de café. Além destes clubes, chama-se atenção para os comícios agrícolas³⁵, “assembléias organizadas com a finalidade de difundir *in loco* – incluindo exposições volantes de inúmeros produtos/implementos agrícolas – estratégias de compensação para os supostos desajustes provocados pela supressão do braço escravo” (MENDONÇA, 1997, p. 41). Esses comícios eram realizados por grupos de proprietários rurais, sendo o Estado do Rio de Janeiro seu pólo dispersor.

Ainda em favor da difusão do ensino agrícola no país, vale ressaltar a criação, em 1894, da Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA) e, em 1897, da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

A SBAA foi criada, por Assis Brasil³⁶, em Paris, como um mecanismo de aperfeiçoamento agrícola para o Brasil. Foi o primeiro grupo a ser criado de interesses “institucionalizados em prol da *moderna agricultura brasileira*”. Esta sociedade era encarregada de adquirir animais e sementes de qualidade para os membros residentes no Brasil, “bem como buscar patrocínio de certos círculos políticos de prestígio para a causa” (MENDONÇA, 1997, p. 30/31). Segundo seus estatutos, “[...] suas finalidades consistiam em

³⁵ Segundo MENDONÇA, “diante dessa iniciativa resultaria um pequeno grupo de quarenta e sete indivíduos que, reunidos em maio de 1896, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, lançaria as bases de uma organização agrícola mais abrangente a cuja testa encontrava-se o idealizador dos comícios, o engenheiro politécnico Antônio Ennes de Souza. O objetivo da instituição era o de tornar-se um centro mobilizador de forças e formador de opiniões, de modo a ‘servir como ponto de apoio para todo e qualquer esforço em prol do melhoramento agrícola do nosso país’, o que ganha maior relevância ao considerar-se as tendências industrializantes manifestadas pelos líderes do novo regime até o episódio do Encilhamento, fazendo com que a entidade recém-criada enfatizasse a missão de ‘congregar coletivos e individuais esforços para integrar o Brasil no conceito de país essencialmente agrícola’” (1997, p. 41/42). Esta entidade recém-criada é a Sociedade Nacional de Agricultura.

³⁶ Joaquim Francisco de Assis Brasil era um pecuarista gaúcho “que ganhou notoriedade como um dos mais ardentes defensores do incentivo público à agricultura diversificada”. “Nascido em 1857, no município de São Gabriel, e herdeiro de extensas propriedades, ingressara na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1882 e logo retornando a seu estado para atuar vivamente em prol de uma *agricultura progressista*, tendo por base de ação a Assembléia Legislativa provincial, para a qual se elegera em 1885” (MENDONÇA, 1997, p. 28). Além disso, assumiu vários cargos políticos, entre eles, o cargo de Deputado Federal. Aposentou-se em 1912, pelo Itamaraty. Foi considerado o precursor do ruralismo no país, “que pelos conhecimentos adquiridos em seus contatos com as modernas técnicas agrícolas – principalmente dos Estados Unidos – quer pelos movimentos de propaganda em prol da agricultura quer pela sua vivência no exterior permitiria organizar” (MENDONÇA, 1990, p. 85). Sobre Assis Brasil ver MENDONÇA (1990 e 1997).

Desse modo, foi a partir da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, que iniciou-se, por parte do governo, a implementação de atos voltados para o ensino agrícola. Foram criadas instituições voltadas para a atividade agropastoril, obras científicas foram escritas, tecnologias foram desenvolvidas. Tudo isto contribuiu para a criação de algumas novas escolas superiores de agronomia e de veterinária.

Várias tentativas isoladas de ensino agrícola, nesse período, foram surgindo; sendo a maioria de nível elementar. Segundo alguns autores (ROSA, 1980; CUNHA, 1980, entre outros), em 1836 foi criada a Fazenda Normal de Agricultura em São Paulo³¹; em 1838, a Escola de Agricultura na Fazenda Nacional da Lagoa de Freitas no Rio de Janeiro; em 1840, a Escola Normal no Jardim Botânico de Ouro Preto, em Minas Gerais³²; em 1843, a Cadeira de Botânica em Vitória, Espírito Santo; em 1860, a Escola Prática na Província do Rio de Janeiro; em 1869, a Escola Prática de Juiz de Fora, Minas Gerais; em 1897, o Instituto Agrônomo e a Estação Agronômica de Campinas, São Paulo, entre outros. Além destas escolas, o governo autorizou, a partir de 1871, a criação de Escolas Normais de Agricultura nas diversas províncias brasileiras, como a criação da Escola Normal de Agricultura na Capital, da Escola Normal de Agricultura no Amazonas e da Escola Normal de Agricultura de Minas Gerais, sendo que a maioria destas escolas normais agrícolas criadas nesse período nem sequer chegaram a funcionar.

Em 1860, outro passo foi dado em favor da difusão do ensino agrícola no país através da criação do Ministério da Agricultura, com o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas³³, de pouca duração, sendo extinto em 1891, “quando a recém-proclamada República realizou uma reforma administrativa”, por meio da Lei nº 23,

Sacramento, ambos formados pela Universidade de Coimbra. Segundo ROSA (1980) eles foram “os dois primeiros professores de Agricultura do país, nomeados oficialmente [...]” (p. 17).

³¹ Segundo ROSA (1980), este estabelecimento era “para meninos de nascimento livre, de sete anos de idade órfãos de pai, que não tivessem parente que se obrigassem a dar igual instrução” (p. 26).

³² Esta escola também foi destinada a alunos órfãos. Deixou de funcionar em 1858, com o fechamento do Jardim Botânico (ROSA, 1980).

³³ Este Ministério foi criado em 28 de julho de 1860 pelo Decreto nº 1067.

**PRIMÓRDIOS DO ENSINO AGRÍCOLA
NO BRASIL**

Em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo²⁵, tendo Fernando de Azevedo, como um de seus líderes, sendo “a primeira [...] a ser criada e organizada, segundo as normas dos Estatutos das Universidades” (ROMANELLI, 1987, p. 132)²⁶. E em 1935, a Universidade do Distrito Federal²⁷, criada por Anísio Teixeira, e dissolvida em 1939, tendo parte de suas faculdades incorporadas pela Universidade do Brasil.

Em 1940 surgiram, na cidade do Rio de Janeiro, as Faculdades Católicas, “embrião da universidade reconhecida pelo estado em 1946 e, mais tarde, pontifícia – foi esta a primeira universidade privada do país” (CUNHA, 2000, p. 164).

Assim, esse foi o panorama geral do processo de criação dos cursos superiores e das universidades no país, bem como se processou os exames de admissão para este grau de ensino, uma vez que se registrou um aumento na procura do ensino superior, principalmente no início da República.

É importante acentuar que a idéia de universidade moderna somente se instituiu no país a partir de 1968, com a Lei da Reforma Universitária, pelo Decreto nº 5.540, que através de um conjunto de diretrizes reorganizou o ensino superior, fixando normas para a reestruturação das universidades públicas, especialmente para as federais. Segundo CUNHA (1989),

²⁵ Segundo YAZBECK (1999), a Universidade de São Paulo (USP) foi inspirada no modelo universitário francês e, “pretendeu-se desde a sua fundação servir à pesquisa científica ao lado da formação profissional. Para realizar tal objetivo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é concebida como a agência integradora do sistema, tendo como objetivos a formação de professores para o magistério secundário, a realização de altos estudos em todos os ramos do saber e o desenvolvimento da pesquisa científica” (p. 184/185).

²⁶ Segundo ROMANELLI (1987), “na verdade, apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira Universidade a ser criada e organizada, segundo as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo, surgida em 25 de janeiro de 1934. As demais universidades, até então, tinham-se organizado pela simples incorporação dos cursos existentes e autônomos. A Universidade de São Paulo foi criada segundo as normas do decreto e apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, segundo Fernando de Azevedo, passou a ser a medula do sistema, tendo por objetivos a formação de professores para o magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa” (p. 132/133).

²⁷ “Também a Universidade do Distrito Federal planejou ser uma instituição integrada e não uma simples agregação de escolas. Para cumprir essa intenção concebeu-se uma estrutura com um núcleo formado por quatro faculdades, as quais não consistiam naquelas tradicionais escolas profissionais que formaram a base das demais universidades existentes no país. O núcleo da Universidade seria composto pelas Faculdades de Filosofia e Letras, de Ciências, de Economia e Direito e a Faculdade de Educação, além do Instituto de Artes. As diretrizes da nova universidade, determinadas por Anísio Teixeira, valorizavam a cultura desinteressado e a carreira intelectual” (YAZBECK, 1999, p. 185).

Em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro²¹, “primeira instituição de ensino superior que assumiu duradouramente o *status* de universidade” (CUNHA, 2000, p. 162). Esta universidade resultou da reunião das faculdades federais de Medicina, de Engenharia e de Direito existentes. A forma como foi criada esta universidade, pela reunião de três faculdades já existentes acabou tornando-se modelo para a quase totalidade das que se seguiram. “O procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião de faculdades profissionais existentes” (CUNHA, 2000, p. 163).

Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais resultante da reunião das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia já existentes em Belo Horizonte, Minas Gerais²².

Pouco depois da inauguração desta universidade, o governo federal fixou algumas normas regulamentando a instalação de universidades nos estados brasileiros. Desse modo, em 28 de novembro de 1928, foi promulgado o Decreto nº 5.616, apresentando algumas normas. Com esse Decreto,

“As universidades criadas nos estados gozariam de ‘perfeita autonomia administrativa, econômica e didática’. No entanto, estabelecia-se que o ingresso dos alunos deveria estar sujeito aos mesmos requisitos legais dos estabelecimentos federais de ensino superior. O Departamento Nacional de Ensino exerceria a fiscalização de todas elas, por meio de um inspetor para cada faculdade constituinte de cada universidade. Na prática, ficava vedada a criação de universidade privadas, pois era exigida uma lei do governo estadual para a criação desse tipo de estabelecimento de ensino, o qual teria seu reitor nomeado pelo governador do estado” (CUNHA, 2000, p. 165).

De acordo com este decreto, ao solicitar o reconhecimento a instituição deveria contar com um elevado patrimônio e ter no mínimo três faculdades funcionando “ininterruptamente há pelo menos 15 anos” (CUNHA, 2000, p. 165).

²¹ Em 1937 a Universidade do Rio de Janeiro passou a chamar-se Universidade do Brasil.

²² Segundo CUNHA, “tanto no Rio de Janeiro com em Minas Gerais, a instituição universitária nascente foi bastante débil” (2000, p. 163).

Em 1915, outra reforma de ensino foi promulgada, pelo Decreto nº 11.530 (de 18 de março), reorganizando o ensino secundário e superior de todo o país, “com o objetivo de corrigir distorções do decreto de quatro anos antes. Foi à vez da Reforma Carlos Maximiliano, novo Ministro do Interior” (CUNHA, 2000, p. 160).

Dessa vez, segundo CUNHA (2000), as mudanças foram profundas, embora mantivessem dois pontos fundamentais da Reforma Rivadávia Corrêa: “a destituição do privilégio dos diplomas do Colégio Pedro II (e dos que lhe eram equiparados) de garantir aos seus possuidores matrículas nas escolas superiores; e a instituição dos exames de admissão, então rebatizados de *Exames Vestibulares*, para a seleção dos candidatos ao ensino superior” (p. 160).

Esse Decreto exigiu um rigor para os exames vestibulares, exigiu o certificado de conclusão do ensino secundário e ainda limitou o número de equiparações possíveis de instituições de ensino superior em cada estado²⁰.

Dez anos depois, em 1925, foi instituída uma nova Reforma, sob o Decreto nº 16.782-A (de 13 de janeiro), que ficou conhecida com Rocha Vaz. Nessa Reforma, o caráter seletivo/discriminatório dos exames vestibulares foi ainda mais intensificado, mediante a adoção do critério de *numerus clausus*. Com esse critério o diretor de cada instituição de ensino superior deveria fixar o número de vagas a cada ano, sendo esse número preenchido por ordem de classificação dos candidatos, não podendo, os candidatos ter matrícula garantida para o ano seguinte, a não ser mediante a aprovação em outro vestibular. “O objetivo manifesto dessa medida era dar maior eficiência ao ensino pela diminuição do número de estudantes em certos cursos e conduzir os estudantes para cursos menos procurados, em que havia vagas não preenchidas” (CUNHA, 2000, p. 161). Além disso, segundo YAZBECK

²⁰ “As instituições de ensino superior instaladas em cidades com menos de 100 mil habitantes não poderiam mais ser equiparadas às federais” (CUNHA, 2000, p. 161).

da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1808, criou a Academia da Guarda-Marinha, e em 1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; (em 1813 as cátedras independentes de Anatomia e de Cirurgia foram reunidas a outras, recém-criadas, e deram origem às Academias de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia); em 1814, o Curso de Agricultura, e em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura. Depois da Independência, cria o Imperador D. Pedro I em 11 de agosto de 1827 os Cursos Jurídicos em São Paulo e em Olinda, Pernambuco. Durante a regência, na menoridade de D. Pedro II, criam-se em 1832 a Escola de Minas e Metalurgia¹⁵ em Ouro Preto, Minas Gerais e, em 1837, no Rio de Janeiro, O Imperial Colégio Pedro II [...]¹⁶. Estas foram as escolas superiores oficiais que teve o Brasil até 1889, data da Proclamação da República” (TEIXEIRA apud DIAS, 1997, p. 106/107)

Quanto à criação da Escola de Minas e Metalurgia em Ouro Preto, Minas Gerais, segundo TEIXEIRA (apud DIAS, 1997), ela somente foi instalada pelo Imperador 34 anos após a sua criação, entretanto CUNHA (2000) coloca que esta foi criada em 1875¹⁷.

Nas últimas décadas do período monárquico foram surgindo escolas e faculdades de Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras.

Seguindo-se no advento da República, a procura pela educação secundária e superior aumentou¹⁸. As transformações do ensino superior, no início da República, foram “marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior, resultado, por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades” (CUNHA, 2000, p. 157).

¹⁵ Sobre a criação da Escola Politécnica e da Escola de Minas temos que, segundo CUNHA, “a primeira nasceu da Escola Militar e a outra, da determinação do Imperador, ambas num período em que, cessada a guerra contra o Paraguai (1864-1870), construiu-se estradas, portos, serviços públicos de iluminação a gás, e foram instaladas fábricas de tecidos, de produtos alimentícios e de produtos químicos” (2000, p. 156).

¹⁶ De 1808 a 1836, a admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada “à aprovação nos chamados ‘exames de estudos preparatórios’ (ou simplesmente, ‘exames de preparatórios’), prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato. Mais tarde, a partir de 1837, os concluintes do curso secundário do recém-criado Colégio Pedro II passaram a ter o privilégio de matrícula, sem exames, em qualquer escola superior do Império”. Desse modo, os “exames preparatórios” passaram a ser realizados inicialmente no Rio de Janeiro, e mais tarde nas capitais das províncias, sempre realizados perante juntas especiais, com o prazo de validade de aprovação permanente. Além disso, os exames foram parcelados, permitindo “realizar as provas de cada matéria no tempo e no lugar mais conveniente para os candidatos” (CUNHA, 2000, p. 155).

¹⁷ Segundo CUNHA (2000), em 1875 foi criada a Escola de Minas¹⁷, em Ouro Preto, Minas Gerais. “Sua origem remonta a uma lei aprovada em 1832 pela assembléia legislativa da província, criando um curso de Estudos Mineralógicos sem que tivesse resultado em efeitos práticos” (p. 155).

¹⁸ Esse aumento, bem como a multiplicação de estabelecimentos de ensino superior no país foram, segundo CUNHA (2000), determinados por dois fatores relativamente independentes. “Um fator foi o aumento da procura de ensino superior produzido pelas transformações econômicas e institucionais. Outro fator, este de caráter ideológico, foi a luta de liberais e positivistas pelo ‘ensino livre’, e destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares” (p. 157).

do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América” (CUNHA, 2000, p. 152). Quanto à tardia criação de universidades no país, outro aspecto deve ser considerado. Faltava-se, por parte de Portugal, disponibilidade de recursos docentes para cada um dos países colonizadores.

“Havia na Espanha, no século XVI, oito universidades famosas em toda a Europa, enquanto Portugal dispunha de apenas uma: a de Coimbra, e mais tarde a de Évora. [...]. Faria (apud Cunha) sugere que, enquanto Madri podia transferir recursos docentes para suas colônias sem prejudicar o ensino de suas universidades, Lisboa não podia fazer o mesmo sem comprometer a instituição metropolitana [...]” (CUNHA, 2000, p. 152/153).

Optou-se então pela criação de estabelecimentos de ensino superior no país, sendo o primeiro estabelecimento fundado pelos jesuítas, na Bahia, “sede do governo federal”, em 1550.

“Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. [...]. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns acrescia-se o ensino superior em Artes e Teologia. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha a duração de três anos. Compreendia o ensino de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. O curso de Teologia, de quatro anos, conferia o grau de doutor. Em 1553, começaram a funcionar os cursos de Arte e Teologia. No século XVIII, o Colégio da Bahia desenvolveu estudos de Matemática a ponto de criar uma faculdade específica para o seu ensino. Cursos superiores foram também oferecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará” (CUNHA, 2000, p. 152).

Assim foi se constituindo o ensino superior no país no período da colônia. Somente com a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, que se gerou a necessidade de modificar o ensino superior até então praticado no país. “O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França” (CUNHA, 2000, p. 153).

**ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE NO
BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO**

No terceiro capítulo, foi estudada a antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desde as primeiras leis que deram origem a sua criação até uma breve passagem pela sua transformação em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em 1948, e sua federalização em 1969, com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Assim, procurou-se apresentá-la nos seus principais aspectos acadêmicos, o ensino, a pesquisa e a extensão, que formaram um tripé que deu sustentação à sua vida acadêmica. Vale ressaltar que este capítulo procurou mostrar a proximidade da ESAV aos land grant colleges, uma vez que esta instituição foi criada nos moldes daquelas escolas superiores agrícolas criadas no oeste dos Estados Unidos, no final do século XIX. Para a sua realização procedeu-se, além da análise de fontes primárias, tais como leis, decretos, regimentos, regulamentos, localizadas no acervo do Arquivo Histórico da UFRV, a leitura de alguns autores que dedicaram seus trabalhos as origens da UFRV, como COELHO, E. (1996), BORGES (1968; 2000), CAPDEVILLE (1991), MOURÃO (1962), RIBEIRO (2000; 2001; 2002), entre muitos outros.

No quarto capítulo realizou-se uma discussão teórica sobre o serviço de extensão rural, discutindo-se, conceitualmente, sua origem norte-americana, e sua vinda para o Brasil, através do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, em São Paulo, e com a Missão Rural de Itaperuna, no Rio de Janeiro, e, mais especificamente, para Minas Gerais, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), que foram considerados o início do serviço institucionalizado da extensão rural no país. Para isso, optou-se em discutir os modelos extensionista existentes, como o modelo clássico (modelo norte-americano), o modelo clássico associado ao crédito rural (1º modelo implantado no Brasil) e o modelo difusionista inovador (modelo adaptado às condições locais, visando a educação do homem do campo, sem a necessidade do crédito agrícola – este foi o 2º modelo implantado no Brasil, a partir de 1952). Assim, realizou-se uma discussão teórica

integrá-las em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo, sempre ficando atento a sua cultura escolar e a sua identidade, próprias de cada instituição (OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR, 2002).

Desse modo, seguindo as orientações destes autores, para a realização deste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa de cunho eminentemente documental, através de consultas aos acervos do Arquivo Central e Histórico (ACH), a Biblioteca Central e ao Museu Histórico da Universidade Federal de Viçosa em Viçosa/MG. Assim foi possível investigar um grande número de documentos como relatórios, atas de reunião, boletins, cartas e outros documentos já citados anteriormente produzidos pela instituição.



Arquivo Central e Histórico da UFV⁹.

Com o caminho aqui descrito, buscou-se preencher algumas lacunas na história desta instituição, bem como na história do serviço de extensão rural realizado no Brasil, procurando analisar, as origens deste serviço extensionista rural realizado pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa.

Como esta investigação nasceu do desejo de se preencher essas lacunas elaborou-se, no presente trabalho, um histórico do ensino agrícola no país, bem como da antiga Escola

⁹ Foto do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa localizado na Vila Gianetti, casa 10, Viçosa. Minas Gerais.

Há a necessidade de se questionar o documento, de analisá-lo como um monumento, uma vez que o documento é o resultado de uma montagem da história de uma época, de uma sociedade que o produziu, e não é somente, dado em forma de textos escritos, uma vez que existem períodos históricos que não se encontram textos escritos, mais sim, alguns objetos, algumas fotografias, que podem contar a história de como foi aquele período.

Vale ressaltar ainda a importância dos estudos nos arquivos e nos museus destas instituições, embora “nem sempre estão integralmente resguardados e conservados”⁷ (OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR, 2002, p. 75), pois eles trazem importantes documentos, como no caso específico desse estudo, relatórios, anuários, atas, atos administrativos, boletins técnicos, correspondências, periódicos, entre muitos outros. Outro acervo de grande relevância para análise é o acervo fotográfico⁸, pois, através de fotografias da época, muitas informações importantes podem ser extraídas de modo que oferece um grande auxílio na ampliação e na interpretação da dinâmica educacional. Deve-se compreender a fotografia como uma produção de sentido, questionando-a “enquanto espelho, transformação e traço do real, percebendo-as como monumentos, como signos a serem decifrados” (VIDAL, 1998, p. 76). Segundo VIDAL,

“Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos” (1998, p. 78).

⁷ Quando iniciei meu primeiro trabalho de iniciação científica na área de História da Educação e comecei a frequentar arquivos públicos em busca de fontes primárias não tinha idéia da situação destes acervos. Deparei-me com uma grande quantidade de documentos, sem nenhuma organização arquivística e muitos deles incompletos; outros danificados pela falta de climatização, ou pela ferrugem de cliques e grampos de ferro. O ambiente apresenta uma grande quantidade de fungos e microorganismos prejudiciais a saúde, o que ocasionava algumas medidas para manusear os dados (como a utilização de luvas e máscaras). Além disso, o arquivo da UFV, infelizmente, há algum tempo não conta com um arquivista, o que prejudica, ainda mais, a sua utilização.

⁸ Segundo VIDAL, “Eloqüente em sua mudez, a *fotografia fita e se contempla nos olhos daqueles que a contemplam. Não-verbal, a linguagem fotográfica tem o poder de calar o observador/leitor. Não me responde. Mas remete ao passado os meus olhos empoeirados. Afigurando-se como unidade, produz uma imagem sensível do ontem*” (1998, p. 75).

Agora os pesquisadores passam a estudar mais as temáticas regionais, nas suas especificidades e regularidades regionais e locais, daí a opção por se estudar uma instituição específica localizada no interior de Minas Gerais, na Zona da Mata Mineira. Ao lado da história das disciplinas surge a história das instituições educacionais⁶.

Inicia-se, assim, um novo campo temático da historiografia da educação brasileira, que é o campo da história das instituições brasileiras que privilegia uma análise mais profunda das instituições educacionais, onde destacam-se as preocupações com o processo de criação e do desenvolvimento das instituições educativas, a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura dos edifícios, os processos de conservação e mudanças do perfil dos docentes e dos discentes entre outros pontos relativos ao estudo das instituições educacionais; investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos.

Dessa forma, esse estudo, justificou-se pela necessidade de se buscar mais informação acerca da instituição educacional brasileira, no caso em questão da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, principalmente no que tange as suas atividades extensionistas rurais, objeto do presente trabalho.

Desse modo, para a realização deste trabalho, utilizou-se alguns caminhos metodológicos que serviram de apoio para a análise da extensão desenvolvida pela ESAV. A opção por estudar uma instituição educacional específica se deve por ser um trabalho mais abrangente no que diz respeito ao estudo dos espaços sociais destinados à educação,

⁶ Vários grupos de pesquisa surgem, nesse momento, para dedicarem-se ao estudo de temáticas regionais, como os Grupos de Pesquisa em História da Educação da UFJF/NESCE, da UFMG e da UFU. Sobre os Grupos de Pesquisa sobre História da Educação no Brasil ver GATTI JÚNIOR (2004). *História da Educação: Consolidação da Pesquisa Nacional e Ampliação dos Espaços de Divulgação Científica*.

produção do social” (idem, p. 6). Essa historiografia existente até meados dos anos 1950 ficou conhecida com historiografia tradicional, de tradição positivista.

Essa ruptura com a historiografia tradicional, marcada, por um lado, pela descrição dos fatos políticos e por outro, carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos foi realizada por duas tradições históricas decisivas nos últimos cinquenta anos: a Escola dos *Annales*², na França³, e a nova historiografia marxista, na Inglaterra⁴.

A historiografia francesa teve influência de pensadores como Émile Durkheim e Marcel Mauss. Como exemplo de pesquisas desenvolvidas nesse campo de compreensão historiográfica marcada pela nova história francesa encontram-se os estudos de André Chervel e Anne-Marie Chartier sobre a ‘história das disciplinas escolares’ que pretendem através deste campo historiográfico específico “enxergar a escola de um lugar diferente, de um ângulo em

² Mais tarde chamada de Nova História. A história que passa a se desenvolver nos anos 1970 se auto-intitula Nova História (uma historiografia distanciada do presente e descrente das possibilidades da totalização do real).

³ Assim, a historiografia francesa do início do século XX, especialmente aquela oriunda da ‘história-problema’ da Escola dos *Annales*, pode ser definida como, segundo GATTI JÚNIOR (2002), um rompimento com a análise sócio-histórico eminentemente política. Eles abandonaram o limite geográfico de nação (que até então compreendiam as suas análises históricas) e ampliaram-se para espaços como a sociedade, a economia, a cultura, a política entre outros. Eles passaram também a coletar, classificar e tornar disponível para o público as fontes documentais, através talvez, de grandes museus. Cabe mencionar ainda a história preconizada pelos fundadores dos *Annales*, em 1929, que alargaram a noção de documento histórico, destruíram a noção de central e periférico na abordagem histórica, dispuseram a analisar as estruturas do processo social. Quanto ao movimento da Escola dos *Annales*, ela obteve, em alguns lugares, uma má concepção e em outros alguns simpatizantes, como no caso no Brasil. “No Brasil, as aulas de Braudel, na Universidade de São Paulo, nos anos 30, são ainda lembradas. A famosa trilogia sobre a história social do Brasil do historiador-sociólogo Gilberto Freyre [...], trabalha com tópicos como família, sexualidade, infância e cultura material antecipando a nova história dos anos 70 e 80” (BURKE, 1991, p. 116). Além disso, alguns estudos recentes indicam que historiadores dos impérios espanhol e português na América tomam o paradigma dos *Annales* seriamente. Cabe considerar que outro aspecto de relevância quanto à influência dos *Annales* foi a sua acolhida em outras disciplinas, não ficando restrito à apenas a história. Além disso, a influência dos *Annales* foi acolhida em várias ciências, mas existem, em especial, três, que tiveram um considerável interesse na sua abordagem. São elas: a geografia, a sociologia e a antropologia. Desse modo, a maior contribuição da historiografia francesa quanto a Escola dos *Annales* foi a de expandir o campo da história por diversas áreas. “O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explora-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais” (BURKE, 1991, p. 126/127).

⁴ Quanto à historiografia inglesa, segundo GATTI JÚNIOR. “os historiadores ingleses e, em especial, a geração dos militantes da esquerda dos anos de 1950, romperam tanto com essa historiografia tradicional, positivista e, segundo eles mesmos, conservadora, quanto com a historiografia simplificadora veiculada pelo que chamavam de ‘marxismo vulgar’. Inauguraram, sob muitos aspectos, uma historiografia crítica e mais abrangente, pois em suas preocupações somaram-se, as tradicionais questões econômicas, questões culturais” (2002, p. 10/11). Assim, nessa historiografia, tanto o ser social como a sua vivência, precisam ser compreendidos em sua totalidade e atribuíram grande importância às singularidades e particularidades sociais.

É importante esclarecer que este trabalho surgiu de questionamentos realizados em duas pesquisas, uma cujo título era, a “Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: Um Land Grant College no Brasil?” e, a outra, “A Indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão na ESAV”, nas quais trabalhei como bolsista de iniciação científica, pelo programa PIBIC/CNPq. Nestas pesquisas consultei muitos livros e teses e recorri às fontes no Arquivo Central e Histórico da UFV, para proceder à análise e a discussão dos dados coletados.

Foi nessa ida às fontes, à luz da bibliografia consultada, que realizei alguns questionamentos com relação ao serviço de extensão realizado pela instituição, como:

- Será que a extensão foi fundamental para garantir o ensino teórico-prático da Escola?
- Teria sido a extensão uma atividade primordial para garantir a excelência acadêmica dos ensinamentos na Escola de Viçosa?
- Como era realizado o serviço de extensão desta instituição?
- Teria sido o serviço de extensão fiel aos objetivos da Escola desde a sua origem?
- Segundo alguns autores (COELHO, 1992; FONSECA, 1985), a prática da extensão rural realizada no Brasil, teve suas origens somente por volta dos anos 1948. Visto isso, será que pode-se questionar ser a ESAV pioneira no serviço de extensão brasileiro?

Cabe considerar que a escolha de se estudar uma instituição específica (a ESAV) não foi por acaso. Ela se deu como resultado de reflexões sobre o novo campo temático da historiografia da educação brasileira, a história das instituições brasileiras. Segundo GATTI JÚNIOR,

“pode-se afirmar que as escolas e o sistema educacional, por mais heterogêneos que sejam, aparecem como localidades que não podem ser negligenciadas como amostra significativa do que realmente acontece em termos educacionais em qualquer país e, especialmente, no Brasil, onde as análises governamentais têm a tendência de obscurecer a problemática real de seu sistema escolar” (2002, p. 4).

INTRODUÇÃO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ESAV** – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais.
- ESA** – Escola Superior de Agricultura. Recebe este nome a partir de 1942, com o desmembramento do curso de Veterinária. Viçosa. Minas Gerais.
- UREMG** – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Viçosa. Minas Gerais.
- UFV** – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. Minas Gerais.
- ACH** – Arquivo Central e Histórico da UFV. Viçosa. Minas Gerais
- UFJF** – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Minas Gerais.
- PPGE** – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Minas Gerais.
- NESCE** – Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação. Faculdade de Educação. UFJF. Juiz de Fora. Minas Gerais.
- ESAMV** – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Escola Modelo. Rio de Janeiro.
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Minas Gerais.
- UFU** – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. Minas Gerais.
- PIBIC** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- MAIC** – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
- DEA** – Diretoria do Ensino Agrícola do MAIC.
- SEAV** – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do MAIC.
- DNPV** – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
- SNA** – Sociedade Nacional de Agricultura.

BIBLIOGRAFIA.....	237
-------------------	-----

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Modelo de diploma conferido aos graduandos pelos cursos superiores	165
Anexo B – Modelo de diploma conferido aos formandos pelos cursos de especialização.....	166
Anexo C – Hino da ESAV.....	167
Anexo D – Lei do Ensino Agrícola de 1910.....	169
Anexo E – Regulamento Geral do Ensino Agrícola do Estado de Minas Gerais (1911).....	205

SEÇÃO ICONOGRÁFICA

Construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV).....	226
Vista parcial da Escola – década de 1920	227
Galeria dos Diretores.....	228
Convites do Serviço de Extensão.....	229
Visitas à Instituição.....	230
Exposições dos Produtos da ESAV.....	231
Aulas nas Semanas do Fazendeiro.....	233
Aulas no Mês Feminino.....	235

“Os esforços interpretativos contidos no desenvolvimento de investigações afetas ao campo da História das Instituições Educacionais [...] são a ponta de lança da possibilidade da escrita de uma nova História da Educação Brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais, ancorada, agora, em um conjunto de estudos monográficos rigorosos e criteriosas, elaborados paulatinamente nas diversas regiões brasileiras” (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 11).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo das atividades extensionistas realizada pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), instituição inaugurada em 1926, na Zona da Mata Mineira, que deu origem, em 1969, à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No Brasil ainda são poucos os trabalhos sobre a extensão rural, em sua maioria eles remetem ao ano de 1948, considerado o ano da implantação de alguns programas em São Paulo e Minas Gerais, ano de início da prática extensionista realizada no Brasil. Entretanto, o estudo revela que o serviço de extensão rural esteve presente na ESAV desde os seus primórdios, trazida pelos professores norte-americanos que nela estiveram. No princípio, a Escola restringia a extensão a visitas de professores aos fazendeiros da região, à edição de boletins de divulgação, evoluindo este trabalho para a criação do Departamento de Educação Rural, em 1939. É importante lembrar que a Semana do Fazendeiro, a primeira do gênero a ser realizado no país, tornou-se o ponto alto das atividades extensionistas realizadas na ESAV. Desse modo, a importância deste trabalho se deve ao fato desta instituição ter sido precursora no serviço de extensão realizado no país, uma vez que, desde 1929, a Escola criou todo um conjunto de atividades que garantiu sua prática extensionista.

O trabalho foi dividido em 05 capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta um breve histórico sobre o ensino superior e a universidade no Brasil, fazendo-se breves considerações da tardia criação de universidades no país. No segundo capítulo, intitulado "Primórdios do Ensino Agrícola no Brasil" são feitas algumas considerações sobre a trajetória do ensino agrícola, sob a luz de algumas legislações. No terceiro capítulo, é apresentada a antiga ESAV, considerando os principais aspectos acadêmicos, quanto ao ensino, a pesquisa e a extensão, que formam um tripé de sustentação da instituição. O quarto capítulo apresenta uma discussão, teórica, sobre o serviço de extensão rural, na qual se discute sua origem norte-americana, e as idéias vindas para o Brasil. O quinto capítulo intitulado "A Extensão na Escola Superior de Viçosa" apresenta um levantamento documental das fontes primárias localizadas no acervo do Arquivo Histórico da UFV.

Palavras-Chave: Ensino Superior Agrícola; Serviço de extensão rural; História da Educação Regional.

Ao meu pai, Reginaldo,
meus irmãos Evandro e
Elaine, minhas sobrinhas e
afilhadas, Júlia e Thaís e ao
meu noivo, Rodrigo, com
todo o meu amor.
A minha mãe, Margarida
Tereza, em memória.

Ellen Scopel Cometti

*A Extensão na Escola Superior de Agricultura e
Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926 – 1948.*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora
2005